

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra)

Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 19615.720218/2023-89)

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de destinação final de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos, cujo escopo dos serviços engloba a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição e a adequada destinação dos resíduos resultantes, observadas todas as normas técnicas emitidas pelos órgãos competentes.
- 1.2. Nesse serviço devem estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição	Unidade	Qtde estimada (anual)	Preços de Referência	
				Unitário	Total (anual)
1	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviços continuados de destinação final de cigarros (DRF/JPA) – UASG 170052 – Órgão Participante	Kg/ano	85.000	3,21	272.850,00
2	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (DRF/JPA) - UASG 170052 – Órgão Participante	Litros/ano	110	3,27	359,70
3	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de cigarros apreendidos (ALF/REC) – UASG 170058 (Órgão Gerenciador)	Kg/ano	250.000	3,10	775.000,00
4	CATSER 1333 – Incineração / Aterramento - Resíduos Industriais / Lixo Especial. Descrição detalhada: serviço continuado de destinação final de bebidas alcoólicas apreendidas (ALF/REC) - UASG 170058 (Órgão Gerenciador)	Kg/ano	100.000	3,16	316.000,00
Estimativas do valor da contratação – Total					1.364.209,70

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução de Preço Unitário.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
 - 5.1.2.. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:
 - 5.1.2.1. Conforme art. 85 da Portaria RFB nº 200/2022, a destruição ou inutilização deverá ser efetuada por meio de procedimento que descaracterize as mercadorias apreendidas, tornando-as impróprias para os fins a que se destinavam originalmente ou retirando a sua atratividade comercial.
 - 5.1.2.2. Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança.
 - 5.1.2.3. Dar acesso total a qualquer fase da destruição em questão aos membros da Comissão de Destruição designados para acompanhar os procedimentos.

5.1.2.4. Observar, no que couber, a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022 (anexo V do ETP), que “Dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas”, em especial o Capítulo IV (DA DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO) do Título III (DA DESTINAÇÃO).

5.1.3. Duração inicial do contrato: 12 (doze) meses.

5.1.4. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: NÃO há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico desta contratação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo.

5.1.5. Quadro com soluções de mercado: conforme pormenorizado em tópico específico do ETP.

5.1.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme subitens abaixo:

7.1.1. Para os Itens 1 e 2:

7.1.1.1. Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

7.1.1.2. Horário Previsto: 08:30 às 11:30 e 14:30 às 16:00;

7.1.1.3. Servidor designado para acompanhamento: Alessandro Helder Kamimura Polo;

7.1.1.4. Contato para agendamento: (83) 3216-4456

7.1.2. Para os Itens 3 e 4:

7.1.2.1. Dias previstos: segunda-feira a sexta-feira;

7.1.2.2. Horário Previsto: 08:00 às 17:00;

7.1.2.3. Servidor designado para acompanhamento: Henrique Ferreira de Souza;

7.1.2.4. Contato para agendamento: (81) 3266-0588.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. DA CLASSIFICAÇÃO:

- 8.2.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA a classificação do material a ser aterrado;
- 8.2.2. Tal classificação deverá ser feita no local onde o material estiver depositado, conforme indicado pela Contratante;
- 8.2.3. A Administração deverá comunicar à CONTRATADA, por qualquer meio, o horário e o local em que deverão ser feitas as atividades de classificação, com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência;
- 8.2.4. O(s) funcionário(s) da CONTRATADA responsável(eis) pela classificação deverá(ão), obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela Contratante, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;
- 8.2.5. A classificação deverá ser formalizada em documento próprio, que deverá ser entregue ao responsável pelas destruições da unidade, do qual deve constar, no mínimo:
- a) O nome científico e/ou popular, dependendo do caso, do produto a ser aterrado;
 - b) O número do processo administrativo a que tal produto se referir;
 - c) A especificação da quantidade estimada (em kg) para cada processo;
 - d) A data e o horário do início e do término da atividade de classificação;
 - e) A assinatura do responsável técnico pelas atividades de classificação;
 - f) A assinatura do servidor responsável pelas destruições da Unidade demandante;
- 8.2.6. Quaisquer responsabilidades que advierem da classificação inadequada de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

8.3. DO ACONDICIONAMENTO

- 8.3.1. Sempre que necessário, ou seja, sempre que a carga não se encontre, quando armazenada, acondicionada de maneira ideal para a realização do transporte, a CONTRATADA deverá providenciar a embalagem adequada para o transporte;
- 8.3.2. Considera-se embalagem adequada para o transporte aquela que minimize os riscos de contaminação e maximize a rapidez do transporte;
- 8.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento, bem como quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- 8.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária para a realização do acondicionamento;
- 8.3.5. Quaisquer responsabilidades que advierem do acondicionamento inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA.

8.4. DO CARREGAMENTO E DO TRANSPORTE

- 8.4.1. Será da responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de transporte adequado, bem como de mão de obra para carregamento/descarregamento e de quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- 8.4.2. A quantidade de mercadoria a ser carregada/transportada/descarregada não deve exceder o limite de capacidade de destruição diária da empresa CONTRATADA, de forma que toda a mercadoria transportada seja inutilizada no mesmo dia;
- 8.4.3. Em nenhum caso será permitido o depósito de mercadoria apreendida transportada e não destruída em local diverso do depósito de origem da Unidade demandante;
- 8.4.4. O veículo a ser utilizado para o transporte, assim como a mão de obra necessária para a condução e para o carregamento do veículo, deverá, obrigatoriamente, comparecer no horário e local determinados pela unidade responsável pela destruição, salvo se houver motivo que justifique o não comparecimento aceito expressamente pela Administração;
- 8.4.5. O condutor do veículo, assim como os funcionários responsáveis pelo seu carregamento, deve estar devidamente uniformizados e deve portar crachá de identificação, onde se possam ler o nome da empresa CONTRATADA, o nome do funcionário e sua função;
- 8.4.6. O condutor do veículo deverá portar todos documentos exigidos pela legislação, sempre dentro do seu devido prazo de validade, como o documento do veículo, a carteira nacional de habilitação e o conhecimento de carga;
- 8.4.7. Quaisquer responsabilidades que advierem do carregamento ou transporte inadequado de algum material serão imputadas à CONTRATADA;
- 8.4.8. Após a chegada ao local de destruição, a CONTRATADA prossegue como responsável pela movimentação da carga naquele local e seu transporte até a destruição, sendo responsável por toda a mão de obra e equipamentos alocados para esse fim;
- 8.4.9. A CONTRATADA é responsável por prover local de destruição delimitado com acesso franqueado somente aos trabalhadores diretamente envolvidos na atividade e aos servidores designados pela CONTRATANTE (o local não poderá ser utilizado para trânsito de veículos ou pedestres que não estejam envolvidos na destruição);
- 8.4.10. No local deverá existir área destinada ao descarregamento dos materiais a serem destruídos de forma que seu manuseio/transporte até o dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, etc) se dê sem a necessidade de acondicionamento dos materiais em outro veículo de transporte (importa dizer que o local de descarregamento deve ser próximo ao dispositivo de destruição);

8.5. DA PESAGEM

- 8.5.1. O material a ser destruído deve ser pesado na presença de servidor ou Comissão da Receita Federal responsável pelo acompanhamento da carga;
- 8.5.2. O relatório de pesagem deverá ser atestado pelo servidor da Unidade Contratante responsável pela destruição e servirá de base para o pagamento do serviço realizado;
- 8.5.3. Para efeitos de pagamento, o peso considerado será o bruto da carga na entrada do estabelecimento contratado, antes da destruição, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a pesagem em lugar e em equipamento devidamente aferidos por órgão estatal regulador.

8.6. DA DESTRUIÇÃO

- 8.6.1. Os cigarros e as bebidas alcoólicas deverão ser destruídos e inutilizados por meio de processo que assegure que sejam totalmente descaracterizados, de modo que seus resíduos sejam não reconstituíveis e não reutilizáveis para o fim a que serviam originalmente, mediante acompanhamento e fiscalização da Comissão de Destruição de Mercadorias Apreendidas da Unidade demandante.
- 8.6.2. A destruição e a inutilização referidas no item anterior deverão ser feitas em local disponibilizado ou previamente informado à CONTRATANTE e que seja seguro para o manuseio das mercadorias.

8.6.3.A CONTRATADA é responsável por providenciar e disponibilizar os equipamentos necessários à execução do serviço, tal como trituradora, moinho ou similar e tudo o que for pertinente para a correta prestação do serviço contratado.

8.6.4.Será de responsabilidade da CONTRATADA, dentro do que estiver disposto na legislação, as atividades acessórias do processo.

8.7. DA DESTINAÇÃO

8.7.1.A CONTRATADA ficará responsável pela correta destinação final dos resíduos resultantes da destruição, de acordo com as legislações ambientais municipal, estadual e federal pertinentes, comprovada através de certificação de destinação final do resíduo.

8.7.2.A gestão e o gerenciamento da destinação dos resíduos, na forma de despejo em aterros adequados à classificação do resíduo, deverão ser realizados segundo a legislação pertinente Federal, Estadual e Municipal.

8.8. **Observação:** Em todas as etapas, deverá haver a segregação dos materiais quanto ao tipo, procedência, ou demais elementos identificadores do material sob processo destrutivo. A qualquer momento deverá ser possível ao representante da Receita Federal localizar e identificar qualquer material ou objeto do processo destrutivo, mesmo quando situados fora das instalações da Receita (como armazéns, depósitos, transportes, etc.). Ou seja, deverá ser possível sempre efetuar a rastreabilidade do material em poder da Contratada. A não observância desses procedimentos sujeita a Contratada a penalidades, conforme descrito em item específico desse Termo de Referência.

8.9. O prazo de execução será conforme abaixo:

8.10. Para os Itens 1 e 2:

8.10.1. O local de destruição dos cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos será determinado pela CONTRATADA, que poderá ocorrer em instalações de sua propriedade ou de terceiros, desde que atendidas todas as exigências legais cabíveis, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também às instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

8.10.2. A operação de destruição de cigarros e bebidas alcoólicas apreendidos deverá ocorrer necessariamente em 02 (dois) dias consecutivos, em horário de expediente normal da CONTRATANTE, sendo o primeiro dia utilizado para o carregamento do material e o segundo para o seu transporte e destruição;

8.10.3. Membros da Comissão de Destruição, nomeados pela CONTRATANTE, deverão acompanhar a execução do serviço, desde o carregamento do material até sua destinação final (destruição), atestando posteriormente a execução e conclusão do serviço;

8.10.3.1. Os trabalhos da Comissão de Destruição poderão ser auxiliados por outros servidores, efetivos ou terceirizados, como motoristas, carregadores, entre outros, sempre que se fizer necessário, a critério da CONTRATANTE;

8.10.4. A CONTRATADA será demandada por meio de Ordem de Serviço, encaminhada pelo Fiscal do Contrato através de e-mail institucional, a qual deverá conter as seguintes informações:

- a) Número do processo de contratação;
- b) Número do contrato;
- c) Identificação da CONTRATADA, com razão social e CNPJ;
- d) Volume estimado do material a ser destruído;

- e) Identificação e o endereço do local onde se encontra o material que será carregado e transportado para destruição; e
- f) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos funcionários da CONTRATADA para entrada no local de guarda do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.
- 8.10.5. Recebida a Ordem de Serviço, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias úteis para comunicar à CONTRATANTE formalmente por e-mail:
- a) As datas e respectivos horários em que serão realizadas as operações de carregamento, transporte e destruição do material;
- b) A identificação e o endereço do estabelecimento onde será destruído o material; e
- c) Alguma exigência que eventualmente se faça necessária, a ser cumprida pelos servidores da CONTRATANTE, para entrada ao local de destruição do material, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) específicos, vestimenta adequada ou qualquer outra, se houver.
- 8.10.6. Os serviços deverão ser prestados até o 15º (décimo quinto) dia útil, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;
- 8.10.6.1. Excepcionalmente, de comum acordo entre as partes e devidamente justificado no processo, a data definida pela CONTRATADA para a execução dos serviços poderá ser alterada, sem necessária obediência ao prazo estabelecido no item anterior.
- 8.10.7. Até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de início da prestação dos serviços:
- a) A CONTRATADA informará por e-mail à CONTRATANTE os nomes dos funcionários (motoristas, carregadores, etc.) que participarão da operação, de modo que a CONTRATANTE possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos no local de guarda do material; e
- b) A CONTRATANTE informará por e-mail à CONTRATADA os nomes dos servidores (motoristas, membros da Comissão de Destruição, etc.) que acompanharão a prestação dos serviços de transporte e destruição do material, de modo que a CONTRATADA possa providenciar a autorização da entrada dos mesmos ao local de destruição do material, bem como o acompanhamento dos procedimentos realizados.
- 8.10.7.1. Os funcionários e servidores indicados acima deverão, durante a execução do serviço, portar documento de identificação pessoal com foto, para fins de comprovação.
- 8.10.8. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).
- 8.11. Para os itens 3 e 4:**
- 8.11.1. A execução do serviço terá início com o recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada e terá como termo final, o visto de recebimento do Certificado de destruição das mercadorias pela Contratante (certificado de Destinação Final, a ser emitido para cada lote destruído), indicando-se a correta destinação dos resíduos.
- 8.11.2. A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços solicitados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. O prazo poderá ser prorrogado, a pedido da CONTRATADA e justificadamente, por mais 10 (dez) dias úteis, a critério da Administração. O não cumprimento destes prazos implicará multa, e demais penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

8.11.3. O prazo máximo admitido para a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos não poderá exceder a 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, admitida a extensão do prazo mediante justificativa em que se exponha os motivos e a pretendida nova data, com a aprovação da Administração.

8.11.4. Para efeito de recebimento e aceitação do objeto, entende-se como adimplemento da parcela, a classificação, acondicionamento, carregamento, transporte, descarregamento, destruição das mercadorias e a adequada destinação dos resíduos resultantes e entrega do Certificado de Destinação Final de Resíduos (anexo IV do ETP).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Os serviços não englobam a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro, não se fazendo necessária a disponibilização permanente de materiais (embalagens, etc.) para a Administração.

9.2. Entretanto, a contratada deverá utilizar, às suas expensas, todos os materiais e meios necessários para o correto manuseio e transporte dos bens destinados à destruição, dentre os quais podemos destacar:

- a) embalagens adequadas para o transporte;
- b) quaisquer materiais (sacos plásticos, caixas de papelão, pallets, etiquetas, etc) necessários para o acondicionamento;
- c) quaisquer equipamentos de proteção individual a serem utilizados pela mão de obra;
- d) veículo adequado para o transporte;
- e) dispositivo de destruição (caldeira, triturador, esmagador, moinho, etc);
- f) equipamento de pesagem devidamente aferido por órgão estatal regulador. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. *A demanda do órgão tem como base o item 1.1 desse Termo de Referência*

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, dos Estudos Técnicos Preliminares e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Caberá ao contratado a classificação, acondicionamento, embalagem, carregamento, transporte, descarregamento, descaracterização, inutilização, destruição das mercadorias, bem como a destinação final dos resíduos resultantes desses procedimentos em instalações de sua propriedade ou de terceiros, atendendo a todas as exigências legais cabíveis para o setor, como licenças ambientais e de operação, e ainda a manutenção da regularidade e validade da documentação a que estiver obrigado a cumprir referente também a suas instalações, máquinas, equipamentos e segurança;

12.24. Caberá à CONTRATADA executar os serviços obedecendo, em cada etapa, à legislação vigente, inclusive quanto ao acondicionamento, ao carregamento e ao transporte;

12.25. Toda a destruição será sempre acompanhada de servidores da Receita Federal do Brasil, devidamente designados para a finalidade, independentemente do local da destruição, inutilização ou descaracterização. A estes servidores deverá ser dado acesso total a qualquer fase da destruição, inutilização ou descaracterização. Em hipótese alguma o contratado poderá iniciar a destruição sem a presença de Comissão de Destruição da Receita Federal do Brasil ou de servidor designado, aos quais caberá atestar a total destruição, inutilização ou descaracterização das mercadorias;

12.26. Caso a Comissão de Destruição, ou servidor designado, considere que a forma adotada pela empresa não descaracterizou, inutilizou ou destruiu completamente as mercadorias, novo procedimento deverá ser realizado, sem ônus para a Administração;

12.27. A CONTRATADA se responsabilizará pela análise laboratorial do material a ser destruído, caso tal análise seja recomendada pelas normas técnicas vigentes, arcando com os seus custos;

12.28. A responsabilidade mencionada no subitem anterior persiste inclusive quando da ocorrência de acidentes ou danos materiais, morais ou pessoais causados por resíduos cuja composição não seja, na realidade, aquela apontada pela CONTRATADA na etapa de classificação e/ou na análise laboratorial;

12.29. A CONTRATADA deverá providenciar o transporte do material a ser destruído desde o depósito até as suas dependências, disponibilizando mão de obra para condução, carregamento e descarregamento do veículo;

- 12.30. A empresa deverá dispor de local específico para a realização da destruição e inutilização das mercadorias, procedimento a ser acompanhado integralmente pela Comissão de Destruição, não sendo permitido o armazenamento pela contratada de mercadorias não descaracterizadas, principalmente quando todo o processo de carregamento, transporte, destruição e destinação final durar mais de um dia;
- 12.31. Da mesma forma também não será permitido o armazenamento por parte da contratada de mercadorias não descaracterizadas para eventual destruição posterior;
- 12.32. Manter os lotes da RFB em separado de outros lotes durante os procedimentos de descaracterização, inutilização e destruição, de modo a permitir o acompanhamento da Comissão de Destruição em todas as fases do processo de destinação final, inclusive a disposição final dos possíveis resíduos resultantes;
- 12.33. Franquear acesso a todas as etapas da descaracterização, inutilização, destruição e destinação final de resíduos referentes aos lotes da RFB;
- 12.34. Disponibilizar mão de obra qualificada para a realização de cada etapa da prestação dos serviços;
- 12.35. O(s) responsável(eis) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) profissional(ais) de igual qualificação, sendo obrigatório que a CONTRATADA comunique a CONTRATANTE de tal substituição;
- 12.36. A Contratada sempre deverá atender a todas as normas técnicas atualizadas pertinentes emitidas pelos órgãos competentes, como ABNT NBR nº 10.004/2004, Resolução ANTT nº 420/2004, etc..

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, para aquelas atividades em que é comum no mercado a subcontratação, como transporte e outros meios de destinação final de que o contratado não disponha em sua estrutura própria, indispensáveis à adequada destinação de determinado tipo de inservível, sempre que necessário, em cumprimento à legislação em vigor, em especial os normativos ambientais, nas seguintes condições:
- 13.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II dos Estudos Técnicos Preliminares, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 20.1.1. Não se trata de serviço de grande vulto, bem como não envolve alta complexidade técnica nem riscos financeiros consideráveis;
 - 20.1.2. O contrato não importará em entrega de bens pela Administração, ou seja, o contratado não será depositário de bens da Administração;
 - 20.1.3. Não se trata de contrato com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não havendo riscos de a Administração ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários;
 - 20.1.4. Não há previsão de realização de pagamento antecipado por parte da Administração.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira e técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.1. Valor Global:

22.3.1.1. Item 1: R\$ 272.850,00

22.3.1.2. Item 2: R\$ 359,70

22.3.1.3. Item 3: 775.00,00

22.3.1.4. Item 4 R\$ 316.000,00

22.3.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é o custo previsto no item 22.3.1.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar;

25. DA APROVAÇÃO PELO SETOR DEMANDANTE

25.1. Nos termos do art. 29, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maior de 2017, o Termo de Referência cumpre com os requisitos solicitados na Demanda.

Assinado e Datado digitalmente Daniela Araújo Vieira Cavalcanti Delegada ALF REC	Assinado e Datado digitalmente Eduardo Gadelha Ramos Chefe da Sapol/DRF/JPA
---	--

26. DA ELABORAÇÃO E REVISÃO

26.1. Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do Art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Termo de Referência à chefe da DIPOL04.

Assinado e Datado digitalmente Bruno Cirne de Lucena Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Everton Sampaio de Menezes Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Rosaline Carneiro de Albuquerque Tojal Membro – Equipe de Planejamento
Assinado e Datado digitalmente Leonardo de Medeiros Diniz Dantas Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Marize Gonçalves Neri Membro – Equipe de Planejamento	Assinado e Datado digitalmente Valdemir Tavares Barreto Filho Membro – Equipe de Planejamento
Assinado e Datado digitalmente Henrique Ferreira de Souza Membro – Equipe de Planejamento		Assinado e Datado digitalmente Revisão Chefe do Selic

27. DA AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO

27.1. Com fulcro no art. 263, combinado com o art. 168, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, AUTORIZO a realização de processo administrativo, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando à contratação de pessoa jurídica para os fins previstos no item 1.1 deste documento.

27.2. Nos termos do art. 366, inc. II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 168, inc. VIII, do respectivo regimento, PROPONHO Aprovação do Presente Documento.

Assinado e Datado digitalmente
Chefe da DIPOL04

28. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

28.1. Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, APROVO o presente Termo de Referência conforme proposto.

Assinado e Datado digitalmente
Superintendente da SRRF04